

POLÍTICAS DE PESSOAL DOCENTE DO GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE DO REUNI E SEUS DESDOBRAMENTOS

José Renato Bez de Gregório
TE
Eixo 10.Educação Superior

Após oito anos de Governo FHC, esperava-se que, com advento de um governo dito de esquerda, comandado por um ex-sindicalista, houvesse uma reversão na política de desmantelamento estatal e precarização das relações trabalhistas implementada de 1995 a 2002 no Brasil. No entanto, o que se vê ainda é uma interminável discussão a respeito das ações governamentais no âmbito das Universidades Federais brasileiras. Isso se verifica de maneira mais clara a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 6096/07, que estabelece o REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

A escolha do tema foi motivada pela minha vivência institucional na UFF, local em que desenvolvo minhas atividades profissionais, onde percebi como as alterações na política de pessoal docente, inerentes às organizações públicas, comprometem a qualidade da atividade fim de nossa Universidade, que é baseada no tripé Ensino x Pesquisa x Extensão e na qualidade do trabalho docente.

O tema desta pesquisa será: “A política de Pessoal Docente do Governo Lula para as Universidades Públicas Federais”. Nestes termos, o problema que se apresenta para mim é o seguinte: De que maneira as ações governamentais relacionadas ao Quadro de Pessoal Docente podem afetar a qualidade da prestação do serviço público gratuito e de qualidade que a Universidade Federal Fluminense se propõe a prestar?

Será um estudo, com viés crítico, analisando de que forma as alterações no trabalho docente ressignificam as funções sociais das universidades públicas, especialmente as universidades federais e como esta ressignificação está articulada ao papel que a educação superior desempenha na reprodução da sociedade capitalista, na disputa entre projetos antagônicos de sociedade, pois como disse Marx:

“Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada: uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.”(pag. 30)

Terei como objetivo, analisar as transformações e as possíveis consequências das reformas governamentais com relação aos Docentes da UFF, primeiramente abordando a reconfiguração do trabalho docente de uma maneira mais generalizada, tendo como eixo os trabalhos desenvolvidos pela professora Deise Mancebo¹, referência na área de política de educação superior, e analisando o papel dos organismos internacionais ao apontar tais caminhos aos países capitalistas periféricos, em especial no caso brasileiro, tomando como base o trabalho desenvolvido pela Professora Ângela Siqueira² e refletindo a partir de documentos publicados no final dos anos de 1990 e início do novo século por estas organizações multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Posteriormente analisarei as políticas de pessoal que foram adotadas durante a década de 90 pelo Governo FHC e as que atualmente vem sendo implementadas pelo Governo Lula da Silva. Para tal usarei como referência os trabalhos publicados por Professores como Kátia Lima³, Lucia Neves, Roberto Leher, entre outros, ressaltando as transformações que ocorrem nas relações trabalhistas entre governo e docentes, analisando de maneira aprofundada ações referentes à flexibilização do Regime Jurídico Único, alterações na carga horária docente, perda de direitos adquiridos, falta de uma carreira docente estruturada, achatamento salarial, criação de instrumentos de avaliação inadequados, políticas de gratificações produtivistas, além das condições gerais de trabalho em sala de aula, que interferem de maneira direta na qualidade do ensino, como o aumento do número de alunos em sala de aula e o cumprimento de metas estabelecidas pelo MEC.

Por fim, mostrarei os impactos de tais políticas no âmbito da Universidade Federal Fluminense, analisando dados atuais, através de estudo das ações do ANDES/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e da ADUFF/Seção Sindical do ANDES/SN, e participando de reuniões do Conselho Universitário, bem como das atividades de Administração de Pessoal.

¹ Deise Mancebo é Professora Titular da UERJ, doutora em Educação (História e Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e pós-doutora (em Psicologia Social) pela Universidade de São Paulo.

² Ângela Carvalho de Siqueira é Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, doutora em Educação no International Intercultural Development Education Program- Florida State University (2001).

³ Kátia Regina de Souza Lima é Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, Doutora em Educação pela UFF (2005) e pesquisadora do Coletivo de Estudos de Política Educacional (EPSJV/FIOCRUZ e CNPq) e do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação/NEDDATE (UFF e CNPq).

Além deste objetivo principal aparecem outros não menos importantes como: inserir no meio acadêmico as discussões provindas da área administrativa da UFF; ajudar a produzir novos conhecimentos, que possam auxiliar a UFF em relação às suas políticas de Pessoal Docente; e promover uma melhor compreensão das relações trabalhistas entre governo federal e docentes.

Será uma pesquisa qualitativa, com base epistemológica no materialismo histórico, procurando sempre buscar a verdade na origem dos acontecimentos, buscando a essência dos acontecimentos, como nos mostra Kosik (1976):

“O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, sem decomposição não há conhecimento – demonstra uma estrutura análoga à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo.”(pág. 14)

Palavras-chave: Educação Superior; Trabalho Docente; Reforma Universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL - MEC – Diretrizes Gerais do REUNI – disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> – consultado em 17.08.2008.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Katia. R. S. **Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCIBO, Deise . **Crise e Reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente**. In: Educar, nº 28, p. 37-53, Curitiba, Editora UFPR, 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1989.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

SIQUEIRA, Angela C. de e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.